

CPI ouve delegado que apurou remessas ilegais

- José Castilho Neto fala amanhã à comissão que investiga evasão de divisas por meio das contas CC-5. Parlamentares também esperam a apresentação dos dados reunidos pela força-tarefa para possibilitar quebra de sigilo bancário nos Estados Unidos



A CPI do Banestado reúne-se amanhã para ouvir o delegado da Polícia Federal José Castilho Neto, que conduziu o inquérito sobre as remessas irregulares para a agência do Banestado em Nova York, feitas a partir das chamadas contas CC-5. Hoje devem ser entregues as informações que permitirão a quebra de sigilo bancário em contas nos Estados Unidos.

Página 3

NOVAS ETAPAS Com o depoimento do delegado Castilho e a obtenção da quebra de sigilo nos EUA, CPI espera avançar na investigação

Mercosul amplia intercâmbio em pós-graduação

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul aprovou protocolo de integração educacional no nível de pós-graduação entre os países do bloco e a Bolívia. O acordo permite a criação de um sistema de intercâmbio entre instituições.

Página 5



CUMPRINDO A PAUTA Plenário votou a maioria dos projetos da convocação

Senado aprova 19 projetos na convocação

Entre os 26 projetos relacionados pelo presidente da República para apreciação no Senado durante a convocação extraordinária de julho, 19 foram aprovados e, dos restantes, alguns estão quase prontos para votação. O destaque foi a aprovação, na semana passada, do Estatuto do Desarmamento, reunindo as idéias mais importantes de 78 propostas que tramitavam no Congresso Nacional sobre restrição ao uso de armas.

Página 5

REFORMA DO PODER JUDICIÁRIO

Um calendário de audiências públicas definido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania vai instruir o reexame da proposta de reforma do Poder Judiciário. Iniciada na semana passada, a série de debates deve se estender até setembro.

Página 5

Paim defende política para o carvão mineral

O senador Paulo Paim (PT-RS) chamou a atenção do governo para a necessidade de criação de uma política voltada para o aproveitamento do carvão mineral. Ao sugerir a instituição de um Conselho Nacional do Desenvolvimento do Carvão, Paim lembrou que o produto representa a principal fonte primária para geração de energia elétrica.

Ele também lembrou o fato de o carvão representar significativo potencial gerador de empregos, especialmente no Rio Grande do Sul, que, conforme informou, detém mais de 89% das reservas brasileiras de carvão. No entanto, observou, são importados 85% do carvão consumido no estado, por falta de uma política consistente de aproveitamento do produto local.

Paim disse que estudos desenvolvidos pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Extração de Carvão do estado estimam que só a abertura das obras da usina de Jacuí I, em Charqueada, possibilitaria a criação imediata de 1.500 empregos diretos e 4.500 indiretos na produção de carvão.

Em aparte, ele recebeu apoio de Mão Santa (PMDB-PI), Iris de Araujo (PMDB-PI) e Marcelo Crivella (PL-RJ).

Mulher negra

Ao cumprimentar as mulheres negras do Brasil, Paim registrou a comemoração, no último dia 25, do Dia Internacional da Mulher Negra. Ele mencionou visita que recebeu de delegação americana composta por representantes de entidades que supervisionaram a aplicação de ações afirmativas nos Estados Unidos.

Agenda



Plenário inicia atividades às 14h30

A sessão de hoje começa às 14h30 para comunicados da Mesa e pronunciamentos. Até o momento, não há previsão de votação de

matérias em Plenário durante esta semana. O leitor pode acompanhar as sessões ao vivo por meio da TV e Rádio Senado.

Delegado e procurador falam sobre evasão de divisas

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Banestado, presidida pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), se reúne amanhã, às 10h, para ouvir o depoimento do delegado da Polícia Federal

José Francisco Castilho Neto. Na quarta-feira, no mesmo horário, o colegiado ouve a exposição do procurador da República Luiz Francisco de Souza.

TV Senado apresenta entrevista sobre Estatuto do Deficiente

A TV Senado exibe hoje, às 19h30, entrevista com o senador Paulo Paim (PT-RS), autor do Projeto de Lei nº 6/

2003 – que institui o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência –, Paulo Brandão, da Associação dos Cegos do

Distrito Federal, e Santos Fagundes, do Movimento Gaúcho dos Portadores de Deficiência.

CPI que investiga exploração sexual deve ouvir ministros

Presidida pela senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) – foto –, a comissão parlamentar de inquérito que investiga as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes aprovou requerimentos solicitando a presença dos ministros Walfrido Mares Guia, do Turismo, e Benedita da



Silva, da Assistência e Promoção Social, para falar sobre ações no combate aos crimes sexuais. A CPI, que deve se reunir na quarta-feira, também quer ouvir Elizabeth Leitão, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, e Eduardo Sanovicz, presidente da Embratur.

Semana de Software Livre no Legislativo

De 18 a 22 de agosto será realizada no Congresso Nacional a Semana de Software Livre no Legislativo, que discutirá as aplicações e os efeitos do uso de programas de computador abertos no Brasil. Estão previstas palestras, debates e mesas-redondas com especialistas nacionais e internacionais. As inscrições, limitadas, podem ser feitas pela Internet, no endereço www.congresso.gov.br/softwarelivre.



Reforma tributária

Os objetivos e impactos da reforma tributária, inclusive no processo de ajuste fiscal, serão debatidos em seminário, a partir das 9h de quarta-feira, no Auditório do Espaço Cultural da Câmara dos Deputados. Promovido pela Fundação Ulysses Guimarães, o evento será aberto ao público. Informações podem ser obtidas pelos telefones 61 311-3260 e 325-5511.

Debate sobre ensino superior

Nos dias 6 e 7 de agosto, no Auditório Petrônio Portella, do Senado, realiza-se o seminário internacional "Universidade: Por que e como reformar?". Estarão presentes, além do presidente do Senado, José Sarney, e da Câmara, João Paulo Cunha, os ministros Cristovam Buarque, Roberto Amaral e José Dirceu. Informações pelo telefone 61 410-9243.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



PREJUÍZO Simon adverte que medida provocará redução do consumo do produto nacional

Simon protesta contra mais IPI no vinho do país

Ao protestar contra a decisão da Receita Federal de aumentar em até 700% o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) cobrado sobre o vinho nacional, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) advertiu que a medida pode significar queda no consumo e, conseqüentemente, ameaça aos empregos na Região Sul.

Segundo dados do Instituto Brasileiro do Vinho, citados pelo senador, a determinação elevará o preço da bebida em até 10%, fazendo com que diminua a capacidade da indústria nacional de enfrentar a produção estrangeira.

– Acho incompreensível que o governo não tenha debatido a alteração na tributação com o setor produtivo, fazendo com que os produtos similares fossem enquadrados em alíquotas diferentes.

Iris conta em livro a sua carreira política

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) lançou na última quarta-feira o livro *Dona Iris (História da vida e de política, passeios literários e receitas para cozinhar com amor)*. O livro conta a carreira política da senadora e ex-primeira-dama de Goiás. Além disso, traz receitas de culinária goiana. No lançamento, ela ensinou como fazer um típico biscoito de queijo goiano.

Outra obra lançada foi *Matriz Energética Brasileira – Da crise à grande esperança*, do governador de Sergipe, João Alves Filho. O livro explica as razões do racionamento de energia em 2001 e sugere medidas para transformar o Brasil em uma grande potência na geração de energia elétrica.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes.
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Júnia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Nelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

CPI ouve delegado que investigou evasão

■ José Castilho Neto deve falar sobre contas que tiveram o sigilo quebrado pela Justiça dos Estados Unidos

Um dos depoimentos mais esperados pelos integrantes da CPI do Banestado está marcado para amanhã. Os parlamentares vão ouvir, a partir das 10h, o delegado da Polícia Federal José Castilho Neto, que conduziu o inquérito sobre as remessas irregulares para a agência do Banestado em Nova York, feitas a partir das contas de não-residentes, as chamadas CC-5, abertas em Foz do Iguaçu.

Pela primeira vez, Castilho falará oficialmente sobre as nove contas da agência do Banestado que receberam depósitos originários de contas CC-5 e que tiveram o sigilo bancário quebrado pela Justiça dos



EXPECTATIVA CPI pode receber informações sobre contas do Banestado em Nova York que receberam depósitos irregulares

Estados Unidos. O delegado permaneceu 74 dias em Nova York buscando informações junto à Promotoria e ao Departamento de Justiça daquela cidade. Ele foi afastado do inquérito que investiga as contas do Banestado e assessora atualmente o senador Magno Malta (PL-ES), que integra a CPI.

Os parlamentares decidiram

que a audiência com Castilho será pública e qualquer mudança para torná-la reservada, se houver informações sigilosas do depoente, será discutida e aprovada na própria reunião. Essa posição foi firmada após os debates, quarta-feira, sobre requerimento do deputado Edmar Moreira (PL-MG) que solicitava a transformação da au-

diência em sigilosa.

Na mesma reunião, a CPI aprovou requerimento do deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ) para que sejam ouvidos os peritos criminais Eurico Monteiro Montenegro e Renato Rodrigues Barbosa, que trabalharam com Castilho no inquérito. Também foi aprovado requerimento do deputado Dimas Ramalho (PPS-SP) para que o ex-gerente da agência do Banestado em Nova York, Gilson Girardi, preste esclarecimentos sobre o caso.

Procurador

Outro depoimento marcado para esta semana é o do procurador Luiz Francisco de Souza, que será ouvido quarta-feira, a partir das 10h. O procurador coordena o núcleo formado no Ministério Público da União para investigar o envolvimento de autoridades governamentais no esquema de evasão de divisas.

Força-tarefa apresenta dados para quebrar sigilo

O presidente da CPI do Banestado, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), revelou à Agência Senado que hoje a força-tarefa do Ministério Público deve entregar ao Ministério da Justiça todas as informações solicitadas pelas autoridades dos Estados Unidos para o intercâmbio de informações e quebra de sigilo bancário de contas na agência do Banestado em Nova York, que teriam recebido recursos oriundos de atividades criminosas.

– Vamos encaminhar as informações, o quanto antes, pela Inter-

net, às autoridades americanas – afirmou Antero, para quem, com esse passo, o grupo formado por parlamentares, procuradores, representantes do Ministério da Justiça e da Polícia Federal estará pronto para ir aos Estados Unidos, onde terá encontros com representantes do Departamento de Justiça e do Congresso.

Nos EUA, o presidente da CPI disse que pretende ainda tratar da correção de problemas detectados em outros países, especialmente paraísos fiscais do

Caribe e o Uruguai, por meio de propostas de ajustes na legislação financeira internacional. “O dinheiro passeia pelos Estados Unidos e se esconde nesses paraísos fiscais”, disse.

Acareações

O senador ponderou que as acareações requeridas até o momento devem ser sobrestadas, por acreditar que escapam da principal finalidade da comissão, que é identificar os beneficiários e os intermediários do esquema de evasão de divisas.

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) e o deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG), por exemplo, solicitaram que representantes do Banco Central e da Receita Federal sejam confrontados para esclarecer as competências dos órgãos na permissão para circulação de carros-fortes transportando dinheiro na Ponte da Amizade.

– Não vejo qual seria a utilidade das acareações. Com elas, desgastaríamos ainda mais as instituições brasileiras. A CPI não pode perder tempo com isso – analisou.



NOVO PASSO Antero diz que força-tarefa deve viajar aos Estados Unidos

Medida do BC está em discussão

A regulamentação pelo Banco Central das contas CC-5, que teria facilitado a abertura de um esquema de evasão de divisas para o exterior, foi o principal alvo das discussões e depoimentos da CPI do Banestado na semana passada. Na terça-feira, o ex-presidente do BC Gustavo Franco defendeu a legalidade dos atos da instituição, que, segundo ele, sempre colaborou na apuração de irregularidades. Dois dias mais tarde, porém, procuradores da força-tarefa que investiga a remessa irregular de divisas a partir de bancos de Foz do Iguaçu (PR) divergiram de Franco.

Conforme os procuradores, as autorizações especiais concedidas pelo BC em 1996 a cinco bancos para aceitar depósitos nas contas CC-5 até o limite de R\$ 100 mil “abriram um esquema criminoso que até hoje não foi fechado”. Os procuradores também reclamaram da falta de colaboração do BC, que,

na avaliação deles, demora a prestar informações escudado pelo sigilo bancário.

Para atestar a legalidade – contestada no Tribunal de Contas da União – da iniciativa tomada quando ocupava a direção da Área Internacional do BC, Gustavo Franco apresentou à CPI voto da diretoria que delegou ao Departamento de Câmbio a responsabilidade de tomar medidas em caráter excepcional em relação às contas CC-5. Como esse voto ainda não havia sido apresentado, a CPI deve fazer perícia no documento, solicitando os originais ao BC.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) reclamou da atuação do Banco Central nas duas audiências. Para ele, a fiscalização da instituição é ineficiente. Já o senador Romeu Tuma



APURAÇÃO Tuma: CPI dos Precatórios apontou lavagem de dinheiro

(PFL-SP) rebateu afirmação de Gustavo Franco de que o Banco Central teria sido a primeira instituição a detectar irregularidades na movimentação das contas CC-5. Segundo Romeu Tuma, a CPI dos Precatórios teria identificado antes os mecanismos de lavagem de dinheiro em Foz do Iguaçu.

Antero quer aperfeiçoar a legislação

O presidente da CPI do Banestado, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), anunciou que a comissão pode apresentar propostas de aperfeiçoamento da legislação nacional a fim de melhorar a fiscalização de crimes financeiros e de lavagem de dinheiro, evitando, assim, que mais recursos saiam do país de forma ilegal, como foi detectado no caso das contas CC-5.

Antero não descartou a possibilidade de levar logo as sugestões ao Executivo, para que a legislação entre em vigor o mais rápido possível, por meio de medidas provisórias.

– No depoimento à CPI, os procuradores afirmaram que continuam existindo problemas e falhas na atuação da fiscalização dos órgãos, entre eles o Banco Central. E não creio que a responsabilidade seja isolada do BC, mas também da Receita Federal – disse Antero, adiantando que a comissão vai apressar a tramitação de projeto que está no Senado com objetivo de regulamentar o trabalho de forças-tarefa, articulando diversos órgãos do governo no combate ao crime organizado e à lavagem de dinheiro.

Antero considera necessário que o país crie uma cultura de forças-tarefa, que deve ser regulamentada “para não ficar na boa ou má vontade dos agentes públicos”. Nessa regulamentação, continuou, será preciso estabelecer hierarquia entre os representantes dos órgãos, sem perda de identidade.

Maluf

O presidente da CPI afirmou que, se as justificativas apresentadas pelo ex-governador Paulo Maluf, de São Paulo, de que o valor de US\$ 1,455 milhão movimentado por ele na França foi fruto da venda de um terreno em São Paulo e remetido do Brasil em 2003, o assunto sai da alçada da comissão.

– Se isso é verdadeiro, está fora do objeto da CPI. Mas há também informações de que parte dos recursos veio de um paraíso fiscal. Nesse caso, devem ser identificados o titular da conta no paraíso fiscal e quem mandou os recursos – avaliou Antero.

Mão Santa pede recursos para hospital do Piauí

O senador Mão Santa (PMDB-PI) pediu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva a liberação de recursos para a finalização da obra do Hospital Universitário do Piauí. Ele afirmou serem necessários R\$ 60 mil para que o hospital, que já consumiu R\$ 22 milhões, comece a funcionar.

– Isso representa R\$ 30 mil para o Ministério da Saúde e R\$ 30 mil para o Ministério da Educação – disse Mão Santa.

O senador destacou que o funcionamento do hospital servirá para o aprendizado de estudantes das diversas áreas de saúde e que os principais beneficiados com o funcionamento serão os pobres. "Porque os ricos não têm problema, pegam avião e vão para São Paulo". Ele advertiu que, se não for terminada a obra, os caros aparelhos já comprados perderão a garantia.



Jose Cruz

BENEFÍCIOS Segundo Mão Santa, hospital facilitará aprendizado e ajudará pobres

Mão Santa lembrou que vem cobrando os recursos desde o início do mandato e ressaltou que esse impasse "fica muito mal" para o governo federal. Em aparte, a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) elogiou a atuação parlamentar de Mão Santa. Augusto Botelho (PDT-RR) afirmou que apoiará o pedido de Mão Santa.

Valmir Amaral registra encontro de idosos no DF

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) anunciou a realização do 3º Encontro Mercosul sobre Terceira Idade (Mercoseti), em Brasília, entre os dias 11 e 14 de agosto. O evento está sendo organizado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, órgão da Presidência da República, com o apoio de outras instituições locais e nacionais e a participação de especialistas espanhóis.

Nos quatro dias do encontro, explicou o senador, brasileiros, argentinos, uruguaios, chilenos, colombianos e paraguaios pensarão e discutirão as inúmeras facetas e perspectivas relativas ao envelhecimento ativo. O tema principal será "O idoso e os desafios para o desenvolvimento sustentável no terceiro milênio".



Célio Azevedo

PERSPECTIVAS Valmir Amaral lembra que evento debaterá o envelhecimento ativo

– É um privilégio ver a capital dos brasileiros transformar-se, nesses quatro dias, na capital da terceira idade.

Valmir disse estar seguro de que o evento contribuirá para promover um envelhecimento digno e com qualidade de vida.

Virgílio: governo sofre sucessivos malogros

■ Senador chama atenção para contradições da teoria e da prática do Partido dos Trabalhadores

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), disse que o governo está experimentando "sucessivos malogros", sem conseguir cumprir promessas de campanha, atuando de forma contraditória e desorganizada e fracassando, inclusive, nos programas de cunho social, como o Fome Zero. Citando análise feita pelo filósofo Denis Rosenfield, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e que já votou no PT, o senador chamou atenção para as contradições da teoria e da prática do Partido dos Trabalhadores, observando que o PT passou a "viver de demagogia desde que chegou ao governo".

Arthur Virgílio transcreveu vários trechos da entrevista concedida pelo filósofo à revista *Veja*, na edição da semana passada. Ao resumir a matéria, o senador relatou que, além da razão ideológica, a causa do malogro do governo é a incompetência administrativa, que



Rosenfeld Pinheiro

ANÁLISE Arthur Virgílio cita trechos da entrevista do filósofo Denis Rosenfield à revista *Veja*

leva ministros a acumular funções parecidas e "ficar batendo cabeça".

A análise de Rosenfield, observa o líder do PSDB, é muito oportuna diante do que as lideranças do PT insistem em sustentar, no Plenário do Senado, inclusive, na tentativa de defender o governo.

– Não crê o professor que seja cedo para se cobrar as juras de Lula (presidente Luiz Inácio Lula da Silva), que, como acrescenta, prometeu mundos e fundos. E esses primeiros seis

meses mostram que dificilmente conseguirá cumprir o prometido. Rosenfield classifica o programa Fome Zero de assistencialista e muito inferior ao que existia no governo anterior, isto é, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Naquela época, analisa o professor, os programas pelo menos estabeleciam contrapartida de quem recebia os benefícios, como manter os filhos

na escola – disse o senador.

Arthur Virgílio completa o raciocínio citando mais uma vez o filósofo gaúcho, afirmando que "em vez de melhorar o que existia, que era bom, o PT resolveu reinventar a roda e deu nisso".

O senador pelo Amazonas também referiu-se ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que, a seu ver, manteve a "postura revolucionária", o que poderá gerar séria desorganização na agricultura.

Antero destaca artigo com críticas a Lula

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) destacou artigo do jornalista Fernando de Barros e Silva publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo* no último dia 7, intitulado "O Castelo de Lula". O autor critica os gestos e discursos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, aos quais afirma não faltarem "a tônica palanqueira e o acento infante-sentimental".

Segundo o parlamentar, o artigo "mostra que o presidente Lula aos poucos vai se desacreditando entre suas gafes e bravatas, ao mesmo tempo em que aprofunda a confusão entre o público e o privado".

No texto, o jornalista critica também a primeira-dama, Marisa Letícia, salientando que "sua economia verbal contrasta com a pouca cerimônia que

dedicou ao recebimento de favores e pequenos cuidados cosméticos".

O cronista diz que o casal Fernando Henrique Cardoso "teria muito a ensinar" a Lula e sua mulher, por ter tido uma conduta "exemplar num governo de resto marcado por intelectuais-banqueiros que transitaram com desenvoltura ímpar entre o público e privado".

Lúcia Vânia defende a instalação dos conselhos tutelares

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) pediu mais atenção para os conselhos tutelares como forma de fortalecer os direitos da infância e da adolescência. Os órgãos, criados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, devem zelar por esses

direitos e deveriam estar funcionando em todos os municípios brasileiros. No entanto, alerta a senadora, isso não ocorre, "pelo flagrante desinteresse das autoridades municipais em dar-lhes existência e funcionalidade". Conforme pesquisa do

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentada pela senadora, há 3.785 conselhos tutelares, enquanto o ideal seria um para cada município brasileiro, num total de 5.561. Além disso, menos de 30% dos conselhos existentes estão ligados à Secretaria

Especial dos Direitos Humanos, do Ministério da Justiça, fazendo com que cerca de um terço das prefeituras não cumpram a lei referente à proteção do menor, afirmou a parlamentar. Na opinião de Lúcia Vânia, o maior obstáculo para

estruturação dos conselhos está na sua autonomia.

– Muitos prefeitos não aceitam aparelhar um órgão que não lhes deve explicação – assinalou. Pela lei, só a autoridade judiciária tem o poder de rever as decisões dos conselhos tutelares.

Mercosul aumenta intercâmbio

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul aprovou, em reunião na última quinta-feira, protocolo de integração educacional para a formação de Recursos Humanos no nível de pós-graduação, entre os países do bloco e a Bolívia. O acordo, conforme a Mensagem nº 96/03, permite a criação de um sistema de intercâmbio entre instituições, troca de publicações e do estabelecimento de critérios e padrões comuns de avaliação da pós-graduação.

Na ocasião, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) sugeriu que os cursos universitários de pós-graduação realizados em universidades da região sejam considerados válidos em qualquer país do bloco. Além disso, Simon propôs que o intercâmbio seja estendido para a área cultural.

– No Rio Grande do Sul é comum que médicos uruguaios trabalhem normalmente em cidades do interior, atendendo a população – afirmou Pedro Simon.

Pavan defende verbas para a Rede Sarah



Pavan destaca a importância da instituição

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) pediu a manutenção dos repasses de recursos públicos para a Rede Sarah de Hospitais do Aparelho Locomotor. Ele salientou a importância dos serviços prestados

pela instituição.

A rede funciona com verbas da União, e o seu trabalho é reconhecido na Europa e nos Estados Unidos. A Dinamarca, citou o senador, deseja importar a tecnologia da entidade.

– São gastos cerca de R\$ 210 milhões por ano, dinheiro mais do que bem empregado em atendimento hospitalar, ambulatorial, de pesquisa e desenvolvimento tecnológico – salientou.

Na avaliação de Pavan, o modelo de operação da rede deve ser copiado por instituições públicas e privadas.



RENDA MUNICIPAL Plenário do Senado também acolheu, durante a convocação, proposta que aumenta a arrecadação das prefeituras

Aprovados 19 projetos em julho

Destaque é o Estatuto do Desarmamento, que proíbe o porte de armas de fogo para o cidadão comum

Dos 26 projetos listados pelo presidente da República para que o Senado discutisse durante a convocação em julho, 19 foram aprovados e outros seis estão quase prontos para votação.

Entre as matérias aprovadas, destaca-se o Estatuto do Desarmamento (PLS 292/99), que

proíbe o porte de armas e convoca um referendo popular em 2005, quando os brasileiros dirão se querem a total suspensão da venda de armas. A proposta reuniu o que havia de melhor em 78 projetos sobre segurança e agora será votada pelos deputados.

Duas propostas começaram a ser discutidas pela Casa, entre elas a reforma do Judiciário, cujo parecer voltou ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que ouviu na última semana as propostas do procurador-geral da República, Cláudio Fonteles.

Convocado para que as reformas da Previdência e tributária não ficassem paradas por um mês, o Congresso não apenas iniciou a votação das mudanças previdenciárias, como instalou e começou a ouvir depoimentos na comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga a remessa ilegal de dólares para o exterior, conhecida como CPI do Banestado.

Resultado: a tramitação da reforma da Previdência está cumprindo seu calendário e deve chegar ao Senado provavelmente até setembro. O projeto já está praticamente pronto

para votação no Plenário da Câmara, depois de muita negociação e alterações na proposta inicial do governo. Já o relator da reforma tributária, deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), apresentará seu parecer nesta semana, começando imediatamente a votação na comissão especial da Câmara.

A convocação do Congresso vai até a quinta-feira, dia 31, mas os líderes partidários no Senado decidiram com o presidente, senador José Sarney, que nos quatro últimos dias as sessões do Plenário serão não-deliberativas.

Ministros vão debater reforma do Judiciário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) definiu um calendário de audiências públicas para instruir o reexame da proposta de reforma do Judiciário (PEC nº 29/2000). A série de debates na comissão, presidida pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), foi iniciada no último dia 23, com o procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, e continua dia 7, com a participação dos presidentes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) e da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB).

No dia 14, deverão comparecer à CCJ cinco presidentes de tribunais de Justiça estaduais, cada um representando uma região do país. Uma semana depois, no dia 21, estarão presentes no Senado os presidentes do Tribunal Superior do Trabalho (TST), do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Superior Tribunal Militar (STM).

Os presidentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Nilson Naves, e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro



DEBATE Edison Lobão comanda as discussões na Comissão de Justiça

Maurício Corrêa, foram convidados a participar de audiência, respectivamente, nos dias 28 de agosto e 4 de setembro, às 10h. O prazo de recebimento de sugestões pelo relator, senador José Jorge (PFL-PE), se encerra dia 5 de setembro, estando a apresentação de seu relatório agendada para o dia 17.

Dentre os principais pontos da proposta, destaca-se a criação de um órgão de controle externo e de ouvidorias de Justiça, e a adoção da súmula vinculante.

Decisões ampliam o ISS e benefícios para cidadão

Entre as matérias discutidas e votadas em julho pelos senadores, também merece destaque o projeto de lei do então senador Fernando Henrique Cardoso (PLS nº 161/89) que acrescentou 107 serviços na lista abrangida pelo Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), cobrado pelos municípios. Trata-se de uma antiga reivindicação dos prefeitos. Os serviços incluídos surgiram a partir de 1968, boa parte deles nas áreas de automação bancária, informática e modernização do país – franquias empresariais, arrendamento mercantil, consultoria econômica e financeira e insinuação artificial, entre outros.

Estão na lista de aprovados outros projetos de grande importância social, como a proposta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PLC nº 51/03) que cria o auxílio de R\$ 240 por mês a toda pessoa com transtorno mental que deixe clínicas

ou hospitais psiquiátricos, depois de dois anos de internamento.

Na área social, chama atenção o projeto (PLC nº 45/03) – remetido à sanção presidencial – que determina ao Judiciário emissão de atestado, todo ano, com o tempo da pena que resta a ser cumprido pelo sentenciado. Outra proposta de interesse social aprovada pelo Senado (PLC nº 41/03) estabelece que caberá à empresa pagar o salário-maternidade de suas empregadas, evitando que elas tenham de ir aos postos do INSS. O valor será abatido dos pagamentos da empresa ao seguro social.

Foi longamente discutida e votada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) proposta (PLC nº 50/03) que isenta do Imposto de Produtos Industrializados (IPI), na compra de automóveis, portadores de deficiência física e profissionais que atuam na área do transporte escolar.

Lúcia Vânia aplaude a inclusão de negros

Programa Diversidade na Universidade voltará a funcionar no próximo semestre, anuncia senadora

Interrompido desde o início do ano por falta de recursos, o programa Diversidade na Universidade voltará a funcionar no próximo semestre com o aval do governo, afirmou a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). O programa tem o objetivo de, por meio da melhoria do ensino médio, promover o ingresso de afro-descendentes e indígenas no ensino superior.

O Diversidade na Universidade foi aprovado em novembro de 2002 e deveria funcionar em parceria com seis organizações não-governamentais da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. Para tanto, recebeu US\$ 9 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), dos quais seriam repassados R\$ 342,4 mil a cada instituição, disse a senadora.

No início do ano, entretanto, as ONGs não receberam os recursos governamentais, cujo total estimado para 2003 é de



Roosevelt Pinheiro

PREJUÍZOS Lúcia Vânia lembra que programa foi interrompido por falta de recursos

US\$ 5 milhões, protestou Lúcia Vânia. Os prejuízos, segundo ela, não ficaram restritos apenas à paralisação do programa recém-criado: o Brasil teve de pagar 0,75% de juros à Comissão de Crédito do BID, conforme determinado em contrato.

– Em boa hora o governo retoma o programa, abrindo processo seletivo público de entidades que mantêm cursos pré-vestibulares para negros e carentes em nove estados.

Lúcia Vânia defendeu a destinação de 65% dos recursos para as entidades, sendo os 35% restantes destinados à pesquisa sobre inclusão social.

Amir Lando homenageia universidade

Os 21 anos da Universidade Federal de Rondônia (Unir) foram lembrados pelo senador Amir Lando (PMDB-RO). A universidade foi criada em 1982, incorporando estudantes e professores da Fundação Centro de Ensino Superior de Rondônia (Fundacentro), que já existia quando o estado ainda era um território.

Segundo o senador, a universidade tem condições de se tornar um centro de excelência na Amazônia, uma região que sofre a pressão de interesses externos contrários à soberania e à integridade territorial brasileira.

– Para a sociedade do estado de Rondônia, a Unir simboliza a força incontida dos desbravadores, como se fosse a guardiã e o reduto do pensamento amazônico que dispensa cartilhas pela imposição de valores e de condutas. Nela trilha com certeza o futuro da Amazônia e da soberania nacional – disse o senador.

Atualmente a Unir conta com 338 docentes e mais de 4 mil estudantes de diversas áreas de graduação e pós-graduação. A universidade tem ainda uma biblioteca com quase 60 mil livros.



José Cruz

SÍMBOLO Para Lando, Unir representa “força incontida dos desbravadores”

Estatuto beneficia o portador de deficiência

De autoria do vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), o Projeto de Lei do Senado nº 6/2003, que institui o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, começou a ser discutido na última sexta-feira por entidades representativas dos portadores de necessidades especiais. A idéia é que esses organismos possam aperfeiçoar e aproximar a proposta das demandas reais desses cidadãos.

Ao comentar essa primeira reunião, realizada no Senado, Paim considerou fundamental a participação da sociedade civil na construção da proposta, que só deve ser votada pelo Senado no final de 2004.

– Estamos convictos de que o estatuto garantirá a cidadania aos portadores de deficiência.

Entre as inovações inseridas no projeto, o senador petista destacou a ampliação da política de cotas para acesso ao serviço público, inclusive em cargos comissionados; a oferta de incentivos fiscais para estimular a contratação no setor privado e a mudança no parâmetro de renda familiar usado pela Previdência para conceder



Célio Azevedo

INSTRUMENTO Flávio Arns diz que estatuto pode garantir cumprimento de direitos

um salário mínimo aos portadores de deficiência. O próprio Senado está dando sua contrapartida ao oferecer treinamento na Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) aos servidores que lidam com o público e adaptar suas instalações para atender a esses cidadãos.

A matéria encontra-se na Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, onde está sendo relatada pelo senador Flávio Arns (PT-PR). Arns reconhece que a legislação do setor é rica, mas careceria de um instrumento, no caso o estatuto, para garantir o cumprimento dos direitos básicos previstos.

Paim: cresce a consciência de direito a compensação

O senador Paulo Paim (PT-RS) espera comemorar o próximo aniversário do líder negro Zumbi dos Palmares, em 20 de novembro, com o Estatuto da Igualdade Racial aprovado. Embora as dificuldades para a implementação de políticas afirmativas sejam grandes, ele considera que está crescendo a consciência em torno da necessidade de compensações pelo atraso provocado por 400 anos de escravidão.

O estatuto – apresentado na forma de projeto de lei no Senado e na Câmara – já foi aprovado nas comissões e espera o momento de entrar na pauta do Plenário da Câmara. Ele estabelece a obrigatoriedade de que 20% das vagas nas universidades e no serviço público sejam destinados a integrantes da população afro-descendentes. E determina a ampliação da presença de negros na televisão, no cinema e no teatro.

Paim refuta argumentos de que o estabelecimento de cotas feriria o princípio do mérito e



José Cruz

EM PAUTA Paulo Paim crê na aprovação do Estatuto da Igualdade Racial até novembro

que poderia acabar gerando injustiças no seio da população pobre, onde também há indivíduos de outras etnias em situação educacional e socioeconômica desfavorecida.

– No que se refere às universidades, apóio também a cotas para alunos egressos de escolas públicas, incluindo brancos e outros, mas se observarmos as estatísticas veremos que os negros estão em pior situação.

Segundo o senador, pesquisa do IBGE indica que de, cada dez brasileiros pobres, sete são negros.

Coral do Senado se apresenta na Argentina

O auditório da embaixada brasileira na Argentina foi palco da apresentação do Coral do Senado, no último dia 21. No repertório do grupo, canções de Villa-Lobos, Vinicius de Moraes, Ernesto Nazareth, Caetano Veloso, Milton Nascimento e Ari Barroso, além de canções folclóricas e latino-americanas. Antes da apresentação, o embaixador brasileiro José Botafogo Gonçalves foi presenteado pelo coral com dois CDs do grupo, “Canta Brasil” e “Hinos do Brasil”.

– O repertório confirmou um programa de alta qualidade e interesse especial para o público argentino, que lotou o auditório e aplaudiu entusiasmado o espetáculo – disse o embaixador.

O grupo esteve no país para representar o Brasil no Festival Internacional La Plata Cantat,

realizado entre os dias 22 e 26 de julho, na cidade argentina de La Plata. Organizado pela Associação Argentina para a Música Coral “América Cantat” (Aamcant) e pelo Conselho Argentino de Música (Camu), e patrocinado pelo Conselho Internacional de Música da Unesco, o evento contou com a participação de grupos da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Peru e Portugal. O tema deste ano foi “A diversidade musical no mundo globalizado”. Para o embaixador brasileiro, “o Brasil não poderia ser mais bem representado em La Plata”.

Regido pela maestrina Glincia Mendes, o Coral do Senado foi criado em agosto de 1996, por iniciativa do presidente do Senado José Sarney. O coral é composto por cerca de 45 servidores.

Teotonio ataca proposta de reforma tributária

Parlamentar espera que o texto em votação na Câmara seja alterado pelos senadores

Ao declarar sua insatisfação com a proposta de reforma tributária que tramita na Câmara, o senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) afirmou que a iniciativa, se aprovada sem alterações, vai "marcar o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva como aquele que cristalizou e institucionalizou o fosso entre o Brasil produtor e rico e o Brasil consumidor e pobre". Ele advertiu que a carga tributária, hoje em torno de 37% do Produto Interno Bruto (PIB), pode chegar a 40%, se prevalecer o texto em discussão.

O governo perde uma chance histórica de transformar a reforma tributária em instrumento de desenvolvimento nacional e correção das graves desigualdades regionais. O presidente não merece esse castigo, mas se ele aceita em sua biografia a mancha dessa vergonha, o Nordeste repele essa discriminação e condena esse estigma.

Entre as principais críticas de Teotonio, está o fato de



Fotos: José Cruz

OPORTUNIDADE Teotonio Vilela diz que governo perdeu chance de corrigir desigualdades

apenas duas regras da proposta em exame terem vigência imediata: a que eleva a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) no próximo ano de 0,08% para 0,38% e a que veda a concessão de novos incentivos fiscais pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Sobre a CPMF, o senador lembrou que foi o próprio partido do governo, o PT, que solicitou, durante a administração Fernando Henrique Cardoso, a redução da alíquota do tributo.

Teotonio qualificou de grave deficiência da reforma a federalização do ICMS, que, segundo disse, acaba com a possibilidade de os estados concederem quaisquer subsídios e incentivos fiscais para a atração de novas empresas.

Nada muda em relação ao local de cobrança do ICMS federalizado: rejeitou-se o princípio do destino, e a cobrança continua sendo repartida com um a dois terços cabendo ao estado de origem - enfatizou.

Perversidade

Para Teotonio, o governo vai "manter intocada a perversidade" do quadro atual, em que o Sul e o Sudeste têm 50,4% dos incentivos fiscais concedidos pelo governo federal em todo o país e o Nordeste fica com apenas 9,6%. Ressaltou que essa situação de desigualdade pode piorar, "porque o governo não cria, na reforma, nenhum mecanismo ou política suficiente para fomentar o desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas".

Sua esperança, disse ele, é que o Senado faça as alterações necessárias para evitar o que chamou de "abismo entre o Brasil rico e o Brasil que não come, que não tem serviços, que não tem cidadania".

Em aparte, José Jorge (PFL-PE) solidarizou-se com Teotonio, afirmando que a reforma não ataca os principais problemas do setor tributário. Também apartando, o senador Mão Santa (PMDB-PI) fez elogios ao pronunciamento.

José Jorge alerta para aumento do ICMS

A reforma tributária proposta pelo governo provocará o aumento dos impostos em todo o país, alertou o senador José Jorge (PFL-PE), em discurso no Plenário. A seu ver, a possível uniformização da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) "vai empurrar para cima o valor do tributo cobrado na maioria dos estados".

José Jorge advertiu que a população e os empresários brasileiros poderão sofrer novos aumentos de impostos com a aprovação da reforma em discussão na Câmara, apesar de a carga tributária brasileira ser uma das mais altas do mundo. Conforme o senador, diante da "sanha ar-



José Jorge afirma que se instalou no país uma verdadeira derrama

recadadora" do governo federal, "é preciso reconhecer que o Brasil possui uma autêntica derrama tributária".

Como exemplo, o representante pernambucano informou que a arrecadação do Programa de Integração Social (PIS), se comparados os quatro primeiros meses de 2002 com o mesmo período de 2003, passou de R\$ 3,7 bilhões para R\$ 5,5 bilhões, ou seja, um aumento nominal de 48,91%. O mesmo ocorreu com a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), que, no mesmo período, registrou elevação, em termos reais, de 6,68%. O senador José Jorge sugeriu a redução da alíquota do PIS.

do, registrou elevação, em termos reais, de 6,68%. O senador José Jorge sugeriu a redução da alíquota do PIS.

Crivella pede rápida solução para a Varig

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) pediu ao governo e ao Congresso Nacional que encontrem rápida solução no sentido de salvar a Varig. Ele alertou que uma possível fusão da empresa com a TAM iria ocasionar uma onda de demissões em massa de funcionários, além de provocar a falência de empresas prestadoras de serviço e liquidar o sistema previdenciário da Varig (Aerus), que abriga atualmente cerca de 35 mil aposentados e dependentes.

Na opinião do parlamentar, a economia do estado do Rio de Janeiro também seria afetada com a união das duas empresas aéreas, já que a Varig responde hoje por mais de 10 mil empregos diretos e 50 mil indiretos no

estado. O senador estima que o valor necessário para fazer face às despesas com eventuais demissões seria da ordem de R\$ 675 milhões, quantia que, segundo afirmou, é superior à que seria necessária para recuperar a companhia.

Marcelo Crivella condenou também a forma como vem sendo conduzido o processo de fusão, por afastar da mesa de negociações a representação de cerca de 24 mil empregados.



Marcelo Crivella teme demissões se houver fusão com a TAM

O senador Edison Lobão (PFL-MA), em aparte, disse que

a fusão pode ser o mecanismo para salvar as duas empresas. Paulo Paim (PT-RS), também em aparte, informou que o Senado vai promover amplo debate sobre as empresas aéreas do país.

Fusão é discutida desde janeiro

Desde janeiro Varig e TAM discutem um processo de fusão. Protocolo de entendimentos foi assinado pelas duas companhias, com a mediação dos ministros da Defesa, José Viegas Filho, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan. O interesse do governo no processo deve-se à reestruturação da aviação civil no país. O setor encontra-se em grave crise financeira desde a década de 90.

O principal impasse para a fusão é a participação de cada sócio na futura empresa. Como a Varig possui a maior dívida - só com a Infraero é de R\$ 400 milhões -, pode ficar com uma parcela menor da nova companhia, o que desagrada os seus empregados.

Jucá diz que microcrédito pode reduzir desemprego

A criação do programa de microcrédito para beneficiar correntistas com saldos inferiores a R\$ 1.000 e microempreendedores foi aplaudida, em Plenário, pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR). Segundo afirmou, se bem administrado, o programa pode concorrer para diminuir o desemprego no país, uma vez que são as pequenas e microempresas as que mais geram postos de trabalho.

Para Romero Jucá, é preciso cautela na administração do programa, "uma vez que de nada adianta ter a linha de cré-

dito se a burocracia atrapalhar a chegada do dinheiro até aqueles que mais precisam dele".

O senador considerou os juros de 2% ao mês ainda altos, reconhecendo, porém, que essa taxa "representa avanço que vai beneficiar os setores mais carentes de crédito".

O representante de Roraima argumentou que todas as medidas que possam diminuir o desemprego no país



Programa precisa ser bem administrado, recomenda Jucá

são bem-vindas, porque esse é o problema que, para a sociedade brasileira, exige solução mais urgente.

Paulo Octávio propõe venda direta de lotes da União

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) apresentou projeto que permite a venda de lotes da União ocupados de forma irregular diretamente aos moradores do terreno. Só no Distrito Federal, segundo ele, dados oficiais apontam a existência de mais de 300 loteamentos irregulares. O projeto foi encaminhado

à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

"Cerca de 500 mil pessoas no Distrito Federal moram em condomínios irregulares e convivem com a ameaça de despejo dos terrenos que adquiriram de boa-fé", argumenta o senador, classificando como de boa-fé os que não compraram terrenos para especular. Atualmente, a ven-

da dos imóveis é feita por licitação (concorrência ou leilão).

De acordo com o projeto de lei (nº 294/03), a União poderá vender diretamente aos atuais ocupantes os lotes situados em áreas urbanas ou passíveis de urbanização. Os terrenos só poderão ser vendidos para pessoas físicas, e o ocupante deverá estar de posse do imóvel, no mí-

nimo, desde 30 de dezembro de 2001. O pagamento poderá ser parcelado em até 120 meses e o comprador só poderá vender o terreno cinco anos após tê-lo quitado.

"O projeto tenta redimir a omissão do poder público. A União deveria fiscalizar o patrimônio dos brasileiros, pois as terras pertencem a todos os cidadãos", diz Paulo Octávio.



SOLUÇÃO Paulo Octávio diz que projeto "tenta redimir a omissão do poder público"

Jane de Araújo



BENEFÍCIO Jereissati propõe incluir arrendatários, parceiros agrícolas e quilombolas

Jereissati quer ampliar alcance do crédito rural

Tasso Jereissati (PSDB-CE) apresentou projeto que altera a Lei de Política Agrícola para incluir, entre os beneficiários do crédito rural, arrendatários de terras, parceiros agrícolas, quilombolas e associações de produtores rurais. A lei atual abrange apenas produtores rurais extrativistas não-predatórios e indígenas.

O objetivo do Projeto nº 265/03 é incentivar a formalização dos contratos agrários, que ocorrem na maioria das vezes na informalidade, pois o crédito só seria concedido aos acordos formalizados. Entre esses contratos, Jereissati visa particularmente os de arrendamento e parceria e os consórcios e condomínios formados por pequenos proprietários de terras.

"Para reduzir a insegurança inerente aos arrendamentos e às parcerias, torna-se necessária a criação de mecanismos de incentivo à formalização dos contratos agrários", justifica.

Já os quilombolas foram incluídos "como forma de fazer justiça a essas comunidades". Jereissati ressalta que o Conselho Monetário Nacional (CMN) já os considera beneficiários do crédito, mas é necessário que os parlamentares confirmem *status* de lei ao benefício.

Iris alerta governo para radicalização no campo

Na opinião da senadora, declarações do líder do MST acendem o "pavio da violência social"

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) alertou para a radicalização que está surgindo no campo. Segundo ela, quando o líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stédile, chama os ruralistas de inimigos, está "acendendo o pavio da violência social, dividindo os brasileiros em duas frentes e propondo o enfrentamento".

Para combater essa situação, a senadora pediu medidas urgentes que melhorem a vida dos trabalhadores. Ela advertiu que a tendência crescente de



LEGALIDADE Iris de Araújo quer evitar confronto e salienta: "O limite é a lei"

marginalização está criando hordas de descontentes, e eles se tornam objeto de radicais que usam o confronto para engrossar suas fileiras.

Reforma agrária é essencial, afirma Serys

Em pronunciamento no Plenário, sexta-feira, a senadora Serys Shlessarenko (PT-MT) defendeu a realização de uma reforma agrária acompanhada de nova política agrícola. Ela classificou ainda o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como uma organização séria e internacionalmente reconhecida.

- A reforma agrária é essencial, fundamental para o desenvolvimento do país - frisou.

Para a senadora, a resistência à reforma agrária resulta de "falta de inteligência". Segundo ela, a elite brasileira é "atrasada e gananciosa", por ter tomado todos os espaços disponíveis, e não percebe que a reforma é favorável ao capitalismo. Serys destacou que os governos estaduais não podem



MEDIDAS Para Serys, reforma agrária deve vir junto com nova política agrícola

permitir a formação de milícias particulares pelos fazendeiros. "Isso é crime", afirmou.

Remédios

A senadora comentou ainda projeto de sua autoria que tramita no Senado (nº 242/2003) proibindo a veiculação de pro-

paganda de remédios sem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Serys comentou pesquisa realizada pelo órgão mostrando que 90% das peças publicitárias de remédios analisadas entre outubro de 2002 e maio de 2003 feriam a legislação.

Na opinião de Iris, a verdadeira paz só pode nascer do consenso e da negociação, mas o governo precisa assumir a responsabilidade para impor limites ao confronto entre ruralistas e sem-terra. "E o limite é a lei", afirmou.

Desenvolvimento

Serys Shlessarenko fez também um relato da atuação da Frente Parlamentar para o Desenvolvimento Sustentável e Apoio às Agendas 21 Locais, da qual é presidente. De acordo com a senadora, foi criada uma parceria da Frente com o Interlegis, a fim de facilitar o acesso às assembleias estaduais e câmaras municipais.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) elogiou a atuação de Serys.

Virgílio registra mobilização de agricultores

Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse que os agricultores brasileiros não têm mais a quem recorrer e chegaram à exaustão, "de tanto ver a desordem predominar nas irresponsáveis invasões de propriedades agrícolas pelo Brasil adentro, de tanto ver triunfar a inação nos meios governamentais, que teriam a obrigação de manter a ordem e a lei".

Apesar do quadro pessimista, o senador ainda vê "um fio de esperança" na tentativa de agricultores paranaenses que se reuniram no dia 14 e elaboraram a Carta dos Campos Gerais, em que exigem "o cumprimento da Constituição federal, que garante o direito de propriedade". A carta é assinada pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep), Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar), sindicatos de 13 municípios paranaenses, Associação Comercial, Industrial, Cultural e Agropecuária de Ponta Grossa (Acipg), Associação Comercial e Industrial de Guarapuava, deputados federais e estaduais.

Virgílio citou ainda outras exigências dos agricultores, como a instalação de CPI na Assembleia Legislativa do Paraná para investigar as invasões de terras; promoção, pelos governos estadual e federal, de levantamento dos assentamentos no Paraná e no Brasil; parceria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) com o governo estadual para cadastrar os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e analisar sua real aptidão agropecuária. Além disso, obrigar o MST a firmar identidade jurídica, para que seus possíveis atos ilícitos sejam submetidos a julgamento.